

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência  
(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3046/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 29.8.2019, as férias da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe, concedidas por meio da Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019.

PAULO CEZAR DO PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3075/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2734/2019-PGJ, de 29.7.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
24 e 25.8.2019	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
24 e 25.8.2019	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3079/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Promotor de Justiça Elcio Felix D'Angelo para ministrar palestra no "3º Encontro Nacional dos Profissionais de Operações Especiais, ENPOE", no período de 17 a 21.9.2019, em Fortaleza/CE.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3080/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a 42ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Andréia Cristina Peres da Silva, a participar da II Reunião Ordinária do ano de 2019 do Grupo Nacional de Direitos Humanos, GNDH, que ocorrerá no período de 11 a 13.9.2019, em São Luís/MA.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3021/2019-PGJ, DE 21.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 26.7.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3041/2019-PGJ, DE 22.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Fernando Claudy Taveira, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, quatro dias de licença para casamento, a partir de 20.8.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3043/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Daniel Rodrigues Duarte, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Sistemas de Informação no período de 10 a 13.9.2019, em razão de viagem a trabalho do titular, Frederick Werner Castellani Viacek.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3044/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor João Antonio Billó, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nos dias 15 e 16.8.2019 e no período de 2 a 11.9.2019, em razão de férias da titular, Rachel Barbosa Poltronieri Florence.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3047/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 24.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3049/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Sílvia Maria Olívia Ghinozzi, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 10.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3050/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 23.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3051/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9.8 a 7.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3052/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Lucia Stein Basso, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 22 (vinte e dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 26.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3053/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Lindomar Pacheco, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 23.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3054/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Karla Nogueira Steil, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 17.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3055/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Claudia Vargas dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 14.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3056/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Claudia Vargas dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19 a 23.8.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3057/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Alyne Chaves Cruz, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 29.7.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3058/2019-PGJ, DE 23.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Alyne Chaves Cruz, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 12.8.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3068/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 12 a 21.8.2019, em razão de férias da servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3069/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 12 a 14.8.2019, em razão de férias, no dia 15.8.2019, em razão de licença compensatória referente a feriado forense, no dia 16.8.2019, em razão de licença compensatória referente a banco de horas, e no dia 19.8.2019, em razão de licença da servidora Priscilla Nóbrega Coelho.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3070/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Vagner Marques Mercadante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 21 a 30.8.2019, em razão de férias da servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3071/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Rafael Assef Vieira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, no período de 19 a 28.8.2019, em razão de férias, e nos dias 29 e 30.8.2019, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 3072/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Alessandra Katiucha da Silva Cavassa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 19.8.2019, em razão de licença da servidora Priscilla Nóbrega Coelho.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3078/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Flávia Areias de Andrade Coelho, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 23.8.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3081/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Paola Reginato Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 24.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3082/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Zilia Franco Godoy, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 21.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3083/2019-PGJ, DE 27.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Josiane Sanches de Mamann Zillo, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19.8 a 17.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 17/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica aos Promotores de Justiça de segunda entrância que, dentro do prazo de CINCO DIAS, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à promoção pelo critério de antiguidade para a 51ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Campo Grande, 28 de agosto de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2019.**

**7. Ordem do dia:**

**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001377-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no fornecimento de alimentos à Casa de Acolhimento de Pedro Gomes, principalmente a periodicidade de fornecimento e à adequação dos bens ao objeto da licitação realizada para tal finalidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PEDRO GOMES - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS À CASA DE ACOLHIMENTO DE PEDRO GOMES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INADEQUAÇÕES NÃO CONSTATADAS - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, pois os elementos de informação colhidos nos autos, mormente os termos da Inspeção realizada pela Promotoria de Justiça de origem, acabaram por ilidir a suposta irregularidade no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à Casa de Acolhimento de Pedro Gomes.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000939-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdomiro Zanata Sotolani

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais noticiados pelo Auto de Infração nº 24083 do IMASUL, referente à propriedade de Valdomiro Zanata Sotolani.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NIOAQUE - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTOS DANOS AMBIENTAIS EM LOTE DE ASSENTAMENTO RURAL - AUSÊNCIA DE TITULAÇÃO DEFINITIVA - BEM PERTENCENTE À UNIÃO – ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA A CONDUÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 16. Declínio de atribuição homologado, considerando que o imóvel objeto deste feito integra o patrimônio da União, matéria cuja competência para julgar recai sobre a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, atraindo, por conseguinte, a atribuição do Ministério Público Federal para a condução das investigações, consoante Enunciado nº 16/2017 deste e. Conselho Superior.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000950-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Angélica

Assunto: Apurar irregularidades no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Angélica, em relação à prática de nepotismo, contratação sem concurso público, carga horária e controle de frequência, investigação oriunda do Inquérito Civil n. 001/PJA/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - IRREGULARIDADES NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ANGÉLICA - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - SOLUÇÃO CONSENSUAL DA PROBLEMÁTICA. Promoção de arquivamento homologada, considerando que, após a intervenção do Órgão de Execução de origem, a Câmara Municipal de Angélica empreendeu medidas aptas a adequar o seu quadro de pessoal. Assim, vislumbrando-se a atuação ministerial resolutiva, sobretudo pela solução consensual da problemática, consoante orienta o § 3º do artigo 1º da Resolução 15/2007/PGJ, não remanescem motivos aptos a atrair a continuidade do feito.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000770-1**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual operação irregular de borracharia e fábrica de pneus localizada na Rua Zola Cícero, 563, Bairro Monte Castelo, nesta Capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO-AMBIENTE - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA - OPERAÇÃO INDEVIDA DE BORRACHARIA E FÁBRICA DE PNEUS - VEROSSIMILHANÇA DA MANIFESTAÇÃO ENSEJADORA DO FEITO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INTERDIÇÃO DO EMPREENDIMENTO IRREGULAR - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a interdição do empreendimento que desempenhava atividade potencialmente poluidora, com base nas informações prestadas pela SEMADUR.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000601-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura do Município de Aquidauana

Assunto: Apurar a denúncia protocolizada sob nº 23539/2015, de 18 de dezembro de 2015, subscrita por Kelen Minan, sobre direcionamento e favorecimento em editais de licitação no município de Aquidauana/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AQUIDAUANA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTO FAVORECIMENTO EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - NÃO CONSTATAÇÃO - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que, a despeito da representação ensejadora do feito, as peças de informação colhidas nos autos ilidem a suposta irregularidade nos procedimentos licitatórios sob análise, vislumbrando-se, portanto, a inexistência de motivos para a continuidade das investigações.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001071-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sueli Brandt Procópio

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Saltinho área desmembrada 01, objeto da matrícula n. 231.309, especificamente quanto à área de preservação permanente e o Cadastro Ambiental Rural CAR.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA SALTINHO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão

adequadas à norma de regência, aliado à instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõe o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **7. Recurso contra o Arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2019.00007068-2**

Recorrente: Sérgio Carlos Martins Rigo

Recorrida: 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante

Assunto: Representação formulada pelo recorrente que solicitou que o Ministério Público promovesse medidas para o afastamento de Donato Lopes da Silva do cargo de Prefeito Municipal de Rio Brilhante, argumentando, em síntese, que o alcaide já foi condenado e responde a processos pela prática de atos de improbidade administrativa.

EMENTA: RECURSO CONTRA O ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE RIO BRILHANTE - SOLICITAÇÃO DE PROMOÇÃO DE MEDIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA O AFASTAMENTO DO PREFEITO MUNICIPAL - ATUAÇÃO ATIVA DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DE ORIGEM NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL - RECURSO DESPROVIDO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. Recurso administrativo desprovido, porquanto constatado que a Promotoria de Justiça de origem tem atuado de maneira efetiva nas hipóteses em que se mostraram necessárias, utilizando-se dos mecanismos devidamente previstos em lei, visando a condenação do Prefeito Municipal pela prática de atos de improbidade administrativa.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, desproveu o recurso administrativo, nos termos do voto do Relator.**

## **8. Procedimento Preparatório nº 06.2018.000002527-2**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Roberta Arantes Bertolotto

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de Roberta Arantes Bertolotto decorrente do recebimento de proventos como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa sem cumprir integralmente sua jornada de trabalho.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE JORNADA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - COMPARECIMENTO REGULAR DA SERVIDORA PÚBLICA INVESTIGADA - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, porquanto os elementos de informação constantes nos autos atestam que a investigada comparecia regularmente à Assembleia Legislativa deste Estado, local onde exercia a função pública de assistente de apoio administrativo.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002803-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis

Assunto: Apurar a existência e o efetivo funcionamento do Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis/MS, especificamente no que tange a adoção de medidas preventivas e repressivas com relação ao combate do nepotismo e ao combate do acúmulo indevido de cargo público, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DEODÁPOLIS/MS – APURAÇÃO DE MEDIDAS NO ÂMBITO DO CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL – MECANISMOS DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO NEPOTISMO – CUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGO PÚBLICO – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE OUVIDORIA – PACTO DE MEDIDAS ENTRE O ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA E O MINISTÉRIO PÚBLICO – PUBLICAÇÕES DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS – IMPLEMENTAÇÃO DE OUVIDORIA EFETIVADA – CRIAÇÃO DE NORMAS DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO NEPOTISMO E À CUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar a existência e o funcionamento de mecanismos de prevenção e repressão ao nepotismo e à cumulação indevida de cargos públicos, bem como ao funcionamento de Ouvidoria no âmbito da Câmara Municipal de Deodápolis/MS. Após a realização de diligências, foram adotadas providências pelo órgão de Controle Interno da Casa de Leis no sentido de publicar normas atinentes a coibir a prática do nepotismo e a cumulação indevida de cargos públicos, além de ter sido implementada no

referido órgão a Ouvidoria. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000009-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Eunice Shizuko Tsuzuki Tamura

Assunto: Apurar degradação ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Rancho Alegre, no município de Amambai/MS.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS – APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA RANCHO ALEGRE – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC – RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar danos ambientais ocorridos no imóvel rural “Fazenda Rancho Alegre”, localizado no município de Amambai/MS. Instruído o feito, houve a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta TAC, e conforme previsão do artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento de TAC celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios possibilita o arquivamento dos autos principais. Considerando a celebração de TAC, bem como do correspondente Procedimento Administrativo para o acompanhamento das cláusulas avençadas, deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001092-0**

57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Fiscalizar as medidas que serão adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para diminuir a demanda reprimida por consultas na especialidade neurologia em Campo Grande.

EMENTA – 57ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FISCALIZAR MEDIDAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SESAU - DIMINUIR A DEMANDA REPRIMIDA POR CONSULTAS NA ESPECIALIDADE NEUROLOGIA EM CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DOS MESMOS FATOS NO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2016.00000382-6 – DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÃO – LITISPENDÊNCIA - ENUNCIADO 18/2018 – CSMP - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Constatou-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, vez que as irregularidades concernentes a problemática da demanda reprimida por consultas na especialidade de neurologia no município de Campo Grande, já estão sendo apuradas no bojo do Inquérito Civil nº 06.2016.00000382-6, instaurado anteriormente, que tramita na 32ª Promotoria dessa capital. Assim, com fulcro no Enunciado nº 18/2018-CSMP, torna-se necessária a homologação de arquivamento do presente, a fim de se evitar a duplicidade de procedimentos investigando casos análogos. Desse modo, não subsistem motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001268-8**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Concorrência nº 10/2017 Processo Administrativo nº 61.230/2017-11 da Secretaria Municipal de Gestão da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que visa a contratação de serviços de engenharia para implantação, manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública nas regiões do Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussú, Lagoa, Prosa e Segredo em Campo Grande/MS.

**Advogado: Fábio de Melo Ferraz – OAB/MS nº 8.919.**

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 10/2017 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – APURAR IRREGULARIDADES NO EDITAL – FRUSTRAÇÃO DO ASPECTO CONCORRENCIAL – DILIGÊNCIAS

REALIZADAS – MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO PELA PARTE - NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS APTOS A CARACTERIZAR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em comento foi instaurado para fins de apurar notícia de irregularidades no âmbito da Concorrência nº 10/2017 Processo Administrativo nº 61.230/2017-11, que teve por objeto a contratação, pelo Município, de serviços de engenharia para obras de iluminação pública. Colhidos elementos de convicção, constatou-se que houve a correção de irregularidades no âmbito administrativo, a partir do momento em que a empresa denunciante tomou providências no âmbito judicial e interpôs competente Mandado de Segurança, para tutelar suas pretensões pertinentes ao campo dos direitos individuais. Desse modo, denota-se que eventuais divergências de entendimento entre município e as empresas licitantes passaram a ser dirimidas no âmbito do Poder Judiciário, inexistindo necessidade de continuidade das investigações, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento do presente inquérito civil.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00005043-1**

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante

Recorrente: Joana Prado de Ávila

Recorrido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na contratação de profissionais da área médica em detrimento de candidatos aprovados em concurso público, pelo município de Rio Brillhante.

EMENTA – NOTÍCIA DE FATO – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO BRILHANTE/MS – CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA MÉDICA PELA MUNICIPALIDADE EM DETRIMENTO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO – INQUÉRITO CIVIL EM ANDAMENTO JÁ APURANDO OS FATOS NARRADOS – PRETENSÃO DE DIREITO INDIVIDUAL – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES EFETUADAS PELO PODER PÚBLICO – RECURSO INTERPOSTO – IMPROVIMENTO – ARQUIVAMENTO. Não foram constatadas as irregularidades apontadas em sede de representação inicial, vez que o certame realizado no ano de 2018 pelo município de Rio Brillhante, para contratação de profissionais capacitados em áreas específicas de atendimento médico, foi realizado de acordo com as disposições exigidas pela lei, estando portando, formalmente correto, eis que não foi identificada irregularidade capaz de macular a licitude do ato administrativo ou elementos que demonstrem a possível arbitrariedade do gestor público municipal. Ademais, o concurso público para contratação de médicos realizado pelo município no ano de 2016 encontra-se com o prazo de validade previsto na CF art. 37, III já vencido, e eventuais pretensões de direito individual que decorram daquele certame não correspondem às hipóteses de atuação institucional do Ministério Público. Desse modo, o improvimento do presente recurso é medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do recurso, nos termos do voto do relator.***

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002854-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em área de preservação permanente (córrego Restinga), mais precisamente na rua Severino de Góis Falcão.

**Advogadas: Maria Diniz Brandão Dias - OAB/MS nº 14.029 e Bruna Rafaella Lacerda Pazetto - OAB/MS nº 22.571.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – MUNICÍPIO DE BONITO - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL - CONSTRUÇÃO IRREGULAR - RESIDÊNCIA CONSTRUÍDA PRÓXIMO A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – CÓRREGO RESTINGA- ZONA URBANA – DILIGÊNCIAS – RELATÓRIO DE VISTORIA REALIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – DANO AMBIENTAL NÃO CONFIGURADO – OBRA REALIZADA FORA DA FAIXA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Bonito, realizou vistoria na construção residencial denunciada, constatando a ausência de irregularidades e de danos ambientais decorrentes da obra, vez que, não se cotejou a presença de vertente de água no local, mas apenas um desvio no terreno onde corre água na época de chuvas fortes, e, portanto, fora da área de preservação permanente do Córrego Restinga. Assim, não havendo subsídios fáticos capazes de embasar o prosseguimento das investigações; deve ser homologada a promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000972-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Teles Castro (Fazenda Ipanema III)

Assunto: Apurar possível desmatamento de 28 hectares, ocorrido na Fazenda Ipanema III, de propriedade de Júlio Teles de Castro, localizada em Jardim/MS, sem licença ambiental do órgão competente.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JARDIM-MS – IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS – SUPRESSÃO VEGETAL - FIRMAMENTO DO TAC - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – INDENIZAÇÃO AMBIENTAL - CUMPRIMENTO INTEGRAL - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS - ARQUIVAMENTO. Restando comprovado que o Termo de Ajustamento de Conduta entabulado nos autos em epígrafe fora cumprido integralmente, e, que as medidas necessárias para devida proteção ambiental na Fazenda Ipanema III foram realizadas pelo proprietário, bem como a indenização ambiental pactuada no termo foi cumprida, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que a propriedade rural investigada encontra-se em conformidade com as normatizações estabelecidas pela legislação ambiental em vigor, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000413-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de irregularidades no processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº 004/2010, pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – DENÚNCIA APÓCRIFA – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - DENÚNCIA DE FAVORECIMENTO EM LICITAÇÕES PELO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DENÚNCIA RASA E SUPERFICIAL - AUSÊNCIA DE MÁCULAS NO CERTAME - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Através das diligências realizadas nos autos, restou verificada a ausência de mácula ou direcionamento no procedimento licitatório destinado a construção de casas populares no município de Dois Irmãos do Buriti, demonstrando que as irregularidades noticiadas na denúncia apócrifa foram imprecisas, rasas e despidas de direcionamento fático. Desse modo, não restou verificada a ocorrência de irregularidades, de danos ao erário público, nem conduta lesiva ou dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa efetivamente imputado aos administradores públicos do referido município, razão pela qual a Promoção de Arquivamento deve ser homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000945-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Helenice Gomes, Valéria Guimarães Vasconcelos, Jeferson Luiz Cezário, Zenilda Regina de Souza, Sueli de Jesus Pereira, Katia Maria Ferreira da Silva.

Requerida: Prefeitura Municipal de Deodápolis.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de funcionários pela Prefeitura Municipal de Deodápolis, os quais estão ocupando as vagas previstas em concurso público municipal.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DEODÁPOLIS/MS – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS – EDITAL Nº 018/2016 – IRREGULARIDADES EM CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO – CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS EM DETRIMENTO DE SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO – NÃO RENOVAÇÃO DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar a manutenção de funcionários contratados em caráter temporário pela prefeitura em funções para as quais haveriam candidatos aprovados em concurso público aguardando convocação e nomeação. Em sede de diligências, constatou-se que o concurso público promovido pelo edital nº 018/2016 foi recentemente prorrogado, encontrando-se com o prazo de validade ainda em curso, razão pela qual há discricionariedade da municipalidade para convocação dos candidatos aprovados dentro das vagas previstas em edital. Ademais, foi expedida recomendação pelo

Órgão de Execução, bem como foram adotadas medidas pela municipalidade tendentes a extinguir contratações temporárias, criar cargos de provimento efetivo nomear aprovados em concurso público. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000012-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Corumbá na manutenção do imóvel em que funciona o Posto de Saúde "Ênio Cunha II", localizado no Bairro Dom Bosco, devido ao péssimo estado de conservação e depredação do prédio.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS – IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS NO PRÉDIO DA UNIDADE DE SAÚDE “ÊNIO CUNHA II” – REFORMA REALIZADA – MANUTENÇÃO ESTRUTURAL DO PRÉDIO – ADEQUAÇÃO – FUNCIONAMENTO REGULAR - ATENDIMENTO À COLETIVIDADE – VISTORIA *IN LOCO* – REGULARIZAÇÃO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS USUÁRIOS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O presente procedimento deve ser homologado, ante a comprovação de que a Prefeitura Municipal de Corumbá, após constatar a presença de irregularidades estruturais na Unidade de Saúde “Ênio Cunha II” objeto da investigação, promoveu sua adequação através de realização de obras de reforma, descaracterizando eventual omissão no proceder-dever da Administração municipal, esvaziando a pretensão atrial do inquérito civil deflagrado para o acautelamento dos direitos menoristas, pela perda superveniente de agir do *Parquet*. Desse modo, não há necessidade de promover ulteriores diligências, impondo-se para tanto o arquivamento dos autos.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2019.00000138-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cacilda Moraes Jacintho Ferraz

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 203,73 hectares, sendo 82,83 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração nativa de Mata Atlântica, e 120,90 hectares em área de vegetação nativa do bioma Pantanal, ocorrida no interior do imóvel rural “Estância Caranday Gleba A”, pertencente a Cacilda Moraes Jacintho Ferraz, sem a correspondente licença ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS – APURAR A REGULARIDADE DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA – IMÓVEL RURAL ESTÂNCIA CARANDAY GLEBA A – POSSÍVEL VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL Nº 11.428/2006 – VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO INICIAL DE RECUPERAÇÃO – NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL – INTERVENÇÃO NA VEGETAÇÃO REALIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 11.428/2006 – ATIVIDADES DE LIMPEZA E REFORMA DE PASTAGEM ISENTAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL – INOCORRÊNCIA DE DANOS PASSÍVEIS A GERAR DEVER DE REPARAÇÃO AMBIENTAL – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Teve por objeto o presente Inquérito Civil a avaliação da regularidade da supressão de vegetação constatada no imóvel rural “Estância Caranday Gleba A”, no município de Corumbá/MS. Realizadas as diligências, restou apurado que ocorreu na referida área a intervenção em vegetação secundária em estágio inicial de regeneração pertencente ao Bioma Mata Atlântica, o que, nos termos da lei de regência, depende de autorização da do órgão ambiental estadual, desde que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica seja superior a 5% (cinco por cento) da área original. Conforme a documentação encartada, as atividades realizadas no imóvel no período de apuração, eram referentes a limpeza e reforma de pastagens, e por isso são consideradas pelo IMASUL como isentas de licenciamento ambiental estadual, não havendo, portanto, que se falar em violação à Lei Federal nº 11.428/06, ou ocorrência de danos ambientais que comportem dilação do feito. Assim, não havendo subsídios fáticos capazes de embasar o prosseguimento das investigações, deve ser homologada a promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 30/2015**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e a Setpar Campo Grande Participações Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Guiné II”, pertencente à empresa Setpar Campo Grande Participações Ltda., localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA GUINÉ II”, PERTENCENTE À “EMPRESA SETPAR CAMPO GRANDE PARTICIPAÇÕES LTDA.”, LOCALIZADO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DO CÓRREGO LAJEADO – INSCRIÇÃO NO CAR –NECESSIDADE DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EXISTÊNCIA DE PRADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que houve efetivos danos ambientais perpetrados pelo requerido, não existindo nos autos a constatação de sua integral reparação, sendo irrelevante a inscrição no CAR/MS, que visa somente à regularização jurídico-ambiental do imóvel. Desse modo, voto pela não homologação da promoção de arquivamento, com a designação de outro Promotor de Justiça, tendo em vista a manifestação da titular à fl. 330-v, nos termos do art. 26, §6º, I (Incluído pela Resolução nº 005/2019-CPJ, de 5 de abril de 2019), da Resolução nº 015/2007 – PGJ, bem como previsto no art. 7º, inciso XII, alínea “d”, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, encaminhando-se os presentes autos ao Sr. Procurador-Geral de Justiça para a designação de outro membro do Parquet.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, encaminhando-se os presentes autos ao Procurador-Geral de Justiça para a designação de outro membro do Parquet, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001689-5**

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no denominado “projeto lote urbanizado”, em Jaraguari/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BANDEIRANTES/MS - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO DENOMINADO “PROJETO LOTE URBANIZADO”, EM JARAGUARI/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DUPLICIDADE DE APURAÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. Primeiramente, constatou-se que o Inquérito Civil nº 06.2017.00001240-7 apurou parte dos fatos inicialmente narrados no presente feito, consistindo na apuração da existência de irregularidades no Projeto Assentamento Estrela, em Jaraguari/MS, tendo sido julgado na reunião datada de 23.07.2019, remetendo-se, assim, ao Ministério Público Federal por se tratar de irregularidades em local de domínio da autarquia federal INCRA, órgão responsável pela infraestrutura dos Projetos de Assentamento no território nacional (Notícia de Fato nº 1.21.000.001402/2017-01). Ademais, no que se refere à questão de saúde pública deste local, observou-se que já há Inquérito Civil instaurado sob o nº 06.2018.00001631-8, o qual apura a falta de atendimento médico no Assentamento Estrela. Outrossim, com relação aos demais fatos narrados na denúncia (promessas de campanhas eleitorais não cumpridas, possíveis esquemas de compra de votos), em não sendo fornecidos elementos mínimos para verificação destes fatos narrados na representação, entendeu-se ser caso de homologação o arquivamento dos autos.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.:***

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000522-5**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais no descarte ilícito de resíduos em áreas públicas: Área A, situada entre as ruas Marcílio Gomes e Pão de Açúcar, e Área B, situada nas margens do Córrego Cabaça, ambas na Vila Olinda, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS NO DESCARTE ILÍCITO DE RESÍDUOS EM ÁREAS PÚBLICAS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.



Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que a irregularidade inicialmente verificada fora devidamente regularizada, uma vez que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos comprovou que promoveu a limpeza das áreas públicas em referência (fls. 155/157), retirando os resíduos que estavam sendo ilicitamente descartados no local.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001000-2**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a insuficiência do número de Equipes ESF/quadro de profissionais da UBSF São Francisco, bem como se a unidade possui os equipamentos mínimos exigidos para o serviço de acordo com sua tipologia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS - AVERIGUAÇÃO DE FALTA DE MÉDICOS, IRREGULARIDADES DE FUNCIONAMENTO E ESTRUTURAIS NA UNIDADE DE BÁSICA FAMILIAR DE SAÚDE SÃO FRANCISCO - IRREGULARIDADES PARCIALMENTE SANADAS -INTERPOSIÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM O OBJETIVO DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E AQUISIÇÃO/DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REGULARIZAR AS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE/MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do presente Inquérito Civil se impõe, não havendo elementos que justifiquem a propositura de nova medida judicial, haja vista a regularização parcial das inconformidades, e, em relação às irregularidades remanescentes, já existe ação civil pública proposta pela Promotoria de Justiça que visa à realização de concurso público e aquisição/disponibilização de equipamentos para regularizar todas unidades de saúde da Rede Municipal de Saúde desta Capital.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001569-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Geraldo Pinheiro Murano

Assunto: Apurar dano ambiental causado no Lote Urbano nº 381, de propriedade do espólio de Geraldo Pinheiro Murano, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA/MS - MEIO AMBIENTE - APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO LOTE URBANO Nº 381, ÀS MARGENS DO RIO APA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DANO AMBIENTAL NÃO CARACTERIZADO - APRESENTAÇÃO DO CAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista a ausência de dano ambiental a ser recomposto, fato este comprovado pelo Laudo Técnico nº 381, assinado pela Engenheira Agrônoma, Camila de Lima Viana Camargo, oportunidade em que as áreas destinadas a reserva legal e áreas de preservação permanente se encontram em ótimo estado de conservação, não sendo necessário o Projeto de Recuperação de Área Degradada. Referente ao Certificado de Inscrição junto ao CAR, a atual proprietária do Lote Urbano nº 381 comprovou que houve o respectivo cadastro sob o nº CARMS0066605.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001562-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marcos César Panage (Estância 2M)

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Estância 2M de propriedade do Sr. Marcos César Panage e outra, às margens do Rio Apa.

**Advogado: Marco Antonio Loureiro – OAB/MS 6.646.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS AMBIENTAIS – BARRAGEM - AUSÊNCIA DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO OU CERTIDÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO - PROCESSOS EROSIVOS DO TIPO VOÇOROCA, LAMINAR E SULCOS - APP DE VÁRZEA E NASCENTE DEGRADADA – DILIGÊNCIAS FALTANTES - NECESSIDADE DE VISTORIA PARA COMPROVAR SE A BARRAGEM REALMENTE É ISENTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SE HÁ ÁREAS DE APP A SEREM RECUPERADAS - COMPROVAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CONTENÇÃO

DE PROCESSOS EROSIVOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que consoante Resolução nº 09/2015 do IMASUL, a atividade de barragem com área de reservatório de até 01 (um) ha, necessita de Licença de Instalação e Operação LIO, após a avaliação do órgão ambiental competente. Assim, faz-se necessário a juntada da LIO ou de certidão de isenção de licenciamento ambiental da barragem existente na propriedade. Não ficou comprovada, ainda, a regularidade ambiental da propriedade rural, visto que o Laudo Técnico apresentado pelo requerido não indica a recuperação e extensão exata da largura da mata ciliar as margens da Várzea e nascentes e se o processo erosivo constatado no Relatório do DAEX foi contido, fazendo-se necessária a realização de vistoria ou apresentação de laudo técnico complementar para comprovar se houve a recomposição do dano ambiental na área de preservação permanente, ou, que seja firmado TAC com esse objetivo. Desse modo, VOTO pela NÃO homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para que realize as diligências aqui estabelecidas.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que realize as diligências estabelecidas nos termos do voto do Relator.***

#### **7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001608-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Clésio de Góes Ferreira e o município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventual ocorrência de atos de improbidade administrativa decorrentes de recebimento indevido de diárias, desvio de função e contratação irregular do servidor Clésio de Góes Ferreira pelo município de Ribas do Rio Pardo.

**Procuradores do Município e Advogados: Cerilo Casanta Calegareto Neto - OAB/MS nº 9988 e Walter de Castro Neto - OAB/MS nº 13.890-B.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DESVIO DE FUNÇÃO – AUSÊNCIA DE DOLO – NÃO DEMONSTRAÇÃO DE LESÃO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO INVESTIGADOS – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O recrutamento de profissional da docência para o desempenho de funções administrativas diversas do seu cargo e de sua formação não tem o condão de, por si só, caracterizar a prática de ato de improbidade, mormente se o requerido, despedido de má-fé, efetivamente prestou serviços ao Município e com contraprestação compatível. Nesse ser assim, esgotadas todas as diligências sem que, afora a situação funcional irregular já normalizada, tenha remanescido sobressalente qualquer indício de lesão ao erário, enriquecimento ilícito e/ou vontade consciente e dirigida à vulneração dos predicados éticos que orientam a Administração, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002235-3**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá e outros

Assunto: Apurar suposta irregularidade no contrato celebrado pelo Município de Corumbá cujo objeto é a locação de imóvel situado na Rua Cáceres com a Rua Minas Gerais, lotes 20 e 22, Bairro Vitória Régia, de propriedade de Henrique Miranda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LOCAÇÃO URBANA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PARLAMENTAR – CONTRATAÇÃO JUSTIFICADA PELO INTERESSE PÚBLICO – CLÁUSULAS UNIFORMES – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que, ao tempo da celebração do primeiro contrato de locação com a Municipalidade o requerido ainda não exercia mandato na Câmara Municipal, e que as cláusulas pactuadas nas prorrogações contratuais, quando então eleito vereador, se afiguram uniformes e justificadas pela necessidade de se garantir a continuidade dos serviços educacionais de alta relevância que estavam sendo prestados no imóvel alugado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002152-1**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Padaria e Confeitaria Sabor e Sabores - EIRELI

Assunto: investigar a violação aos direitos dos consumidores decorrente da inobservância das normas sanitárias pelo estabelecimento comercial Padaria e Confeitaria Sabor e Sabores - EIRELI localizado em Aral Moreira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CONSUMIDOR – COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS COM PRAZO DE VALIDADE SOBREPOSTO/ADULTERADO – INTERVENÇÃO POSITIVA E EFICAZ DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA – IRREGULARIDADES IMEDIATAMENTE ACAUTELADAS – TAC FIRMADO – OBRIGAÇÕES NEGATIVAS – FISCALIZAÇÃO PERMANENTE – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO PARQUET DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O acautelamento imediato das irregularidades sanitárias noticiadas, que não suplantaram hiato passadiço efêmero, aliado à celebração de compromisso de ajustamento que circunscreve obrigações negativas, de fiscalização permanente, acaba por esvaziar, pela perda superveniente de interesse de agir, a pretensão objeto do expediente apuratório deflagrado para resguardar os direitos consumeristas, em decorrência da comercialização de gêneros alimentícios com prazo de validade sobreposto/adulterado. Mormente porque, ressabido que com o encerramento do apuratório não se forma direito adquirido ao cometimento do ilícito, em caso de eventual inadimplemento do *non facere* avençado, caberá ao órgão ministerial a quo promover a execução do título constituído.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.000002030-0**

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa decorrente de suposto favorecimento de empresa em processos licitatórios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA - DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAÇÃO DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTO FAVORECIMENTO DE EMPRESA EM PROCESSO LICITATÓRIO - NÃO OCORRÊNCIA - REGULARIDADE DA LICITAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Dá-se o arquivamento de Inquérito Civil no qual se verifica a inexistência de qualquer elemento de convicção que demonstre justa causa para o prosseguimento das investigações e eventual propositura de ação judicial, ante a não constatação de ato ímprobo decorrente de suposto favorecimento de empresa em processos licitatórios, quando constatada a regularidade da licitação e a total ausência de verossimilhança na denúncia anônima formulada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000466-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdete Xavier de Souza

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no tocante à excessiva emissão sonora de estabelecimento comercial.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BONITO - POLUIÇÃO SONORA - VISTORIA *IN LOCO* - POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL – PERSECUÇÃO CRIMINAL - MEDIDA REPRESSORA SUFICIENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado para apurar emissão sonora de estabelecimento comercial em desacordo com o nível de decibéis permitido, quando, no decorrer dos autos, advém notícia de que a Polícia Civil instaurou Inquérito Policial para investigar o delito ambiental decorrente, sendo a persecução criminal medida suficiente à repressão da conduta lesiva.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil n. 06.2018.00001608-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olympio do Amaral Cardinal

Assunto: Apurar dano ambiental causado na Fazenda Ouro Branco I e II, localizada às margens do Rio Apa

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BELA VISTA - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS EM PROPRIEDADE RURAL LOCALIZADA ÀS MARGENS DO RIO APA - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EVIDENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Acertada a promoção de arquivamento do Inquérito Civil instaurado a partir de relatório técnico que sugeriu medidas a serem tomadas para correção de irregularidades ambientais, quando, no curso dos autos, sobrevém laudo de vistoria atualizado atestando que as áreas de preservação permanente e de reserva legal da propriedade investigada estão em ótimo estado de conservação, sem dano ambiental evidente.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

#### **4. Inquérito Civil n. 06.2016.00000252-7**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual negligência médica em procedimentos realizados nas dependências do Hospital Universitário

Paciente: José Luiz França

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADOS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DESSASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS DO SUS - ATRASO NO REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - ADIAMENTOS E ATRASOS EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS - ESCASSEZ DE INSUMOS MÉDICOS - ATRASO NO PAGAMENTOS DE FORNECEDORES QUESTÃO JUDICIALIZADA - PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DESFAVOR DO ESTADO E DO MUNICÍPIO NOS ANOS DE 2017 E 2018 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Dá-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar eventual desassistência aos usuários do SUS decorrente do atraso no repasse de verbas estaduais e municipais ao Hospital, quando o órgão de execução ajuíza Ação Civil Pública em desfavor do Estado e do Município em anos anteriores, visando à regularização dos repasses de recursos públicos para a melhoria do serviço público de saúde prestado.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

#### **7.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002305-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desvio de recursos públicos repassados a APAE de Dois Irmãos do Buriti/MS, consistentes em: 1) desvio de combustível; 2) desvio de doações de madeira e carvão; 3) uso irregular dos veículos da entidade, fato ocorrido no ano de 2014.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS REPASSADOS A APAE DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS, CONSISTENTES EM: 1) DESVIO DE COMBUSTÍVEL; 2) DESVIO DE DOAÇÕES DE MADEIRA E CARVÃO; 3) USO IRREGULAR DOS VEÍCULOS DA ENTIDADE, FATO OCORRIDO NO ANO DE 2014. IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS. DENÚNCIA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a ausência de justa causa para o prosseguimento das investigações ou ajuizamento de ação civil pública, tendo em vista que a denúncia formulada na Ouvidoria do Ministério Público Estadual é desprovida de elementos mínimos de materialidade das supostas irregularidades apontadas. Outrossim, verifica-se das informações e documentos apresentados pela Federação das APAEs do Estado de Mato Grosso do Sul e pela APAE de Dois Irmãos do Buriti que não há indícios dos desvios e das irregularidades apontadas na denúncia. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000385-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar irregularidades no Pregão Presencial nº 020/2011.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2011 (PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 040/2011). DENÚNCIA GENÉRICA E DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS

INVESTIGAÇÕES. PROCEDIMENTO ENCAMINHADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARA ANÁLISE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000380-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da demissão, em período de estabilidade, da ex-diretora da Câmara Municipal de Bonito Aline dos Santos Nolasco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR A REGULARIDADE DA DEMISSÃO, EM PERÍODO DE ESTABILIDADE, DA EX-DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO ALINE DOS SANTOS NOLASCO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente apontadas não se confirmaram, uma vez que a exoneração da servidora Aline dos Santos Nolasco, ora detentora do cargo em comissão de diretora-geral da Câmara Municipal de Bonito, ocorreu logo após a troca da administração da Câmara, com a consequente troca de presidência e pessoal detentor de cargo de confiança, não havendo falar no presente caso em atos de improbidade administrativa. Ademais, verifica-se que houve o devido pagamento de maneira consensual e administrativa dos valores devidos à servidora exonerada. Assim, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002011-1**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas cedências de servidores do executivo municipal de Dourados para outros órgãos ou entidades públicas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS CEDÊNCIAS DE SERVIDORES DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOURADOS PARA OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS, NOS TERMOS DO IC 17/2014/PJPPS/DD. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se dos documentos acostados pelo Município de Dourados e pela Secretaria Municipal de Administração que as irregularidades inicialmente apontadas pelo denunciante não se confirmaram, uma vez que as cedências de servidores realizadas pelo Município de Dourados à outros órgãos ou entidades públicas foram feitas por meio de Convênios e Termos de Cooperação ou com respaldo legal. Assim, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

Campo Grande, 28 de agosto de 2019

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004265 DE 23.08.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3278/2019**

Credor: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI.

Ordenador de despesa: **Paulo Cezar dos Passos**, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 2/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 2/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, açúcar cristal, adoçante, café e chá), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004265 de 23.08.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E UNITOLEDO**

Processo PGJ/10/2521/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE (ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL TOLEDO)**, representado por **Milton Pennacchi**;

Amparo Legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu ou stricto sensu*) oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 02.07.2019 até 02.07.2021.

Data da assinatura: 02 de julho de 2019.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA MPMS E UEMS**

Processo PGJ/10/1236/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Reitor, Prof. **Fábio Edir dos Santos Costa**.

Amparo legal: Artigo 116 e artigo 65, inciso I, alínea “a”, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no artigo 7º e 10, parágrafo único, inciso II, ambos do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: **Suprimir o valor total de R\$ 81.539,00** (oitenta e um mil, quinhentos e trinta e nove mil reais) referente à exclusão dos seguintes itens de material permanente, constantes na Tabela 6 – Planilha Orçamentária de Capital, Objetivos 4 e 5 – Unidade Campo Grande, do Anexo II – Projeto e Cronograma, do Convênio de Cooperação Técnica e Científica: **1 (uma) unidade de picape no valor unitário de R\$ 57.359,00** (cinquenta e sete mil reais, trezentos e cinquenta e nove reais); **1 (uma) unidade de notebook no valor unitário de R\$ 6.060,00** (seis mil e sessenta reais); **1 (uma) unidade de câmera digital no valor unitário de R\$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais); **1 (uma) unidade de GPS portátil no valor unitário de R\$ 2.000,00** (dois mil reais); **1 (uma) unidade de estação total eletrônica no valor unitário de R\$ 12.000,00** (doze mil reais); **2 (duas) unidades de prisma com suporte no valor unitário de R\$ 780,00** (setecentos e oitenta reais); **2 (duas) unidades de bastão telescópico no valor unitário de R\$ 470,00** (quatrocentos e setenta reais); e **1 (uma) unidade de tripé de alumínio no valor unitário de R\$ 420,00** (quatrocentos e vinte reais); e **acrescer o valor total de R\$ 81.539,00** (oitenta e um mil, quinhentos e trinta e nove mil reais), referente à inserção dos seguintes itens de material permanente, constantes na Tabela 6 – Planilha Orçamentária de Capital, Objetivos 4 e 5 – Unidade Campo

Grande, do Anexo II – Projeto e Cronograma, do Convênio de Cooperação Técnica e Científica: **1 (uma) unidade de SUV compacto no valor unitário de R\$ 38.490,00** (trinta e oito mil, quatrocentos e noventa reais); **1 (uma) unidade de notebook no valor unitário de R\$ 6.359,00** (seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais); **1 (uma) unidade de no-break no valor unitário de R\$ 4.325,00** (quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais); **1 (uma) unidade de receptor GNSS GPS no valor unitário de R\$ 30.000,00** (trinta mil reais); **1 (uma) unidade de bipé para bastão no valor unitário de R\$ 565,00** (quinhentos e sessenta e cinco reais); **2 (duas) unidades de bastão extensível 2.60m no valor unitário de R\$ 515,00** (quinhentos e quinze reais); **1 (uma) unidade de tripé para bastão GPS no valor unitário de R\$ 770,00** (setecentos e setenta reais). Em decorrência da supressão e do acréscimo, altera-se a redação e os materiais permanentes da Tabela 6 – Planilha Orçamentária de Capital, do Anexo II – Projeto e Cronograma, Objetivos 4 e 5 – Unidade Campo Grande, do Convênio de Cooperação Técnica e Científica, mantendo-se o valor total da Planilha Orçamentária.

Vigência do Convênio: 07.08.2019 a 15.02.2021.

Data da assinatura: 07 de agosto de 2019.

#### **EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004348 DE 28.08.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3371/2019.**

Credor: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018-SRP – Ata de Registro de Preço 09/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (cabos, disjuntores, quadros, lâmpadas, etc.) para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 25.442,96 (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004348 de 28.08.2019.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

#### **EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004349 DE 28.08.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3344/2019.**

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018-SRP – Ata de Registro de Preço 09/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (cabos, disjuntores, quadros, lâmpadas, etc.) para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.547,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004349 de 28.08.2019.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### **EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004350 DE 28.08.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3376/2019.**

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018-SRP – Ata de Registro de Preço 09/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (cabos, disjuntores, quadros, lâmpadas, etc.) para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 21.095,75 (vinte e um mil, noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004350 de 28.08.2019.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 31/2019.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira, bem como disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00001199-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Campo Grande – MS e DNA Administração e Empreendimento LTDA.

Objeto: apurar eventual degradação ambiental em área de preservação permanente no lote A3, localizado na Rua Neuza Vargas de Alencar, nesta capital, cadastrado em nome de DNA Administração e Empreendimento LTDA, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

Campo Grande, 28 de agosto de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 32/2019.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira, bem como disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00001198-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Campo Grande – MS e DNA Administração e Empreendimento LTDA.

Objeto: apurar eventual degradação ambiental em área de preservação permanente no lote A9, localizado na Rua Pernambuco, nesta capital, cadastrado em nome de Wanderley Luiz Sebben, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

Campo Grande, 28 de agosto de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**COXIM**

---

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002718-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002718-4

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Antonio Gildo de Souza

Objeto: Apurar o desmatamento de 12h, sem autorização ambiental, ocorrido no Sítio Recanto da Piraputanga, situado em Alcinópolis-MS, de propriedade de Antonio Gildo de Souza, conforme Auto de Infração n. 20435 do IMASUL.

Conteúdo do TAC: "O compromissário deverá, no prazo **60 (sessenta) dias**, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao IMASUL para servir de base para inscrição no CAR – Cadastro Ambiental Rural. A inexistência de danos relativos à conservação de solo e de necessidade de trabalhos, bem como a não necessidade de PRADA para recuperação de áreas degradadas será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, no prazo de **90 (noventa) dias**, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado de ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo. O compromissário se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificativa da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto. A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), ao FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALCINÓPOLIS (Banco do Brasil, Agência n. 8228-7, Conta Corrente n. 5.711-8 – CNPJ n. 30.130.90/0001-69), divididos em 05 (cinco) parcelas mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais), iniciando-se no próximo dia 15/09/2019 e as demais nos meses subsequentes. O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALCINÓPOLIS ou à entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público. A aplicação das penalidades previstas no caput se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável, incidindo-se por dia de atraso, neste caso, multa cominatória diária de 10 (dez) UFERMS até o cumprimento da obrigação assumida. O não pagamento da multa sancionatória prevista na cláusula anterior, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

Data de celebração do TAC: 26 de agosto de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002983-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002983-5

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: José da Cruz

Objeto: Apurar a ocorrência de eventual dano ambiental em razão do desmatamento, sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Boa Vista, de propriedade de José da Cruz.

Conteúdo do TAC: " O compromissário deverá, no prazo 60 (sessenta) dias, juntar a este Inquérito Civil a segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao IMASUL para servir de base para inscrição no CAR – Cadastro Ambiental Rural. Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste TAC. O compromissário se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto.A título de indenização ambiental o compromissário: 1) Aumentará em 5% a área de Reserva Legal da propriedade rural cadastrada no CARMS0000609 (Fazenda Boa Vista Lote 60 e 60A). Esta complementação da Reserva Legal deverá ser feita juntamente do processo de regularização a ser apresentada no IMASUL. 2) Compromete-se a doar a soma de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ao FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE COXIM (Banco do Brasil, Agência: 0552-5 – Conta Corrente: 29.534-5 – CNPJ n. 26.768.878/0001-65), divididos em 02 (duas) parcelas mensais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), iniciando-se no próximo dia 10 de setembro de 2019 e a segunda parcela no dia 10 de outubro de 2019, devidamente cadastrada como entidade beneficiária de TAC, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012. O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta cidade ou à entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público.

Data de celebração do TAC: 26 de agosto de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0066/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001196-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Juruena Energia S.A.

Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH, na Estância Novo Olimpo, de Juruena Energia S.A., localizada entre os municípios de Coxim e Figueirão, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos.

Coxim/MS, 22 de agosto de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0067/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001195-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Juruena Energia S.A.

Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Figueirão de Juruena Energia S.A., localizada no Rio Jauru nos municípios de Coxim, Figueirão e Alcinópolis, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos.

Coxim/MS, 23 de agosto de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**BANDEIRANTES**

---

**EDITAL Nº 0013/2019/PJ/BND**

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, nº1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001172-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar supostas irregularidades em relação ao Processo Seletivo n. 005/2019, para a contratação de Engenheiro Civil pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Bandeirantes/MS, 27 de agosto de 2019

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça